



justiça
econômica
resistência ao
neoliberalismo

Segunda sessão do tribunal permanente dos Povos na África Austral, em Johannesburg, Constitution Hill. Foto: Justiça Ambiental / Amigos da Terra Moçambique

regras para empresas direitos para os povos

outubro 2017

África



**Amigos
da Terra**
Internacional
www.foel.org

É TEMPO DE JUSTIÇA

As maiores empresas do mundo estão, continuamente, envolvidas em abusos aos direitos humanos. Em El Salvador, um homem é assassinado ao defender o próprio lar contra um projeto de mineração destruidor. Na Indonésia, centenas de pessoas são retiradas de suas terras para ceder caminho às plantações de palma (para produção de óleo). Como se não bastasse, muitos destes crimes permanecem sem punição, devido à corrupção dos sistemas de justiça locais, bem como ao fato de muitas corporações serem mais ricas e poderosas do que os países que buscam regulamentá-las.

Legenda: CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS
#FIM DA IMPUNIDADE ÀS ETNs
(EMPRESAS TRANSNACIONAIS)
AGORA! ERA/FoEN (ENVIRONMENTAL RIGHTS ACTION)
Amigos da Terra Nigéria

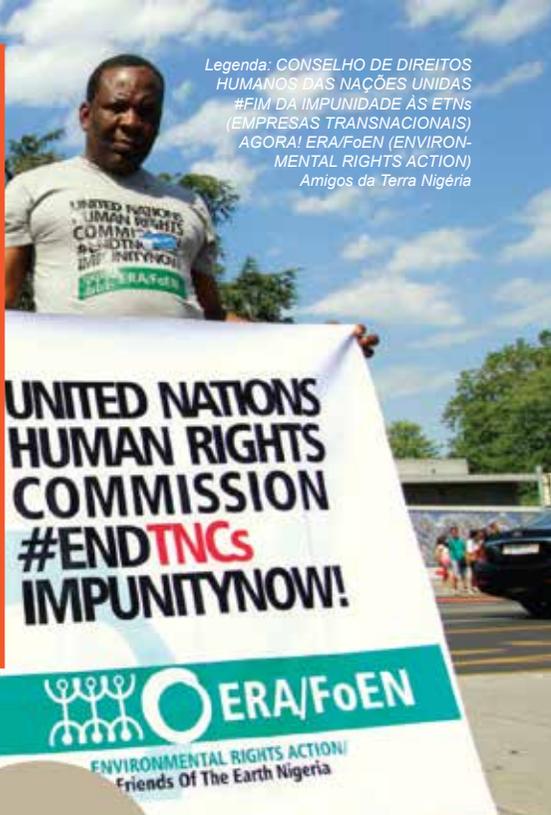


Foto: Godwin Ojo, Amigos da Terra Nigéria, em frente ao palácio das Nações Unidas.

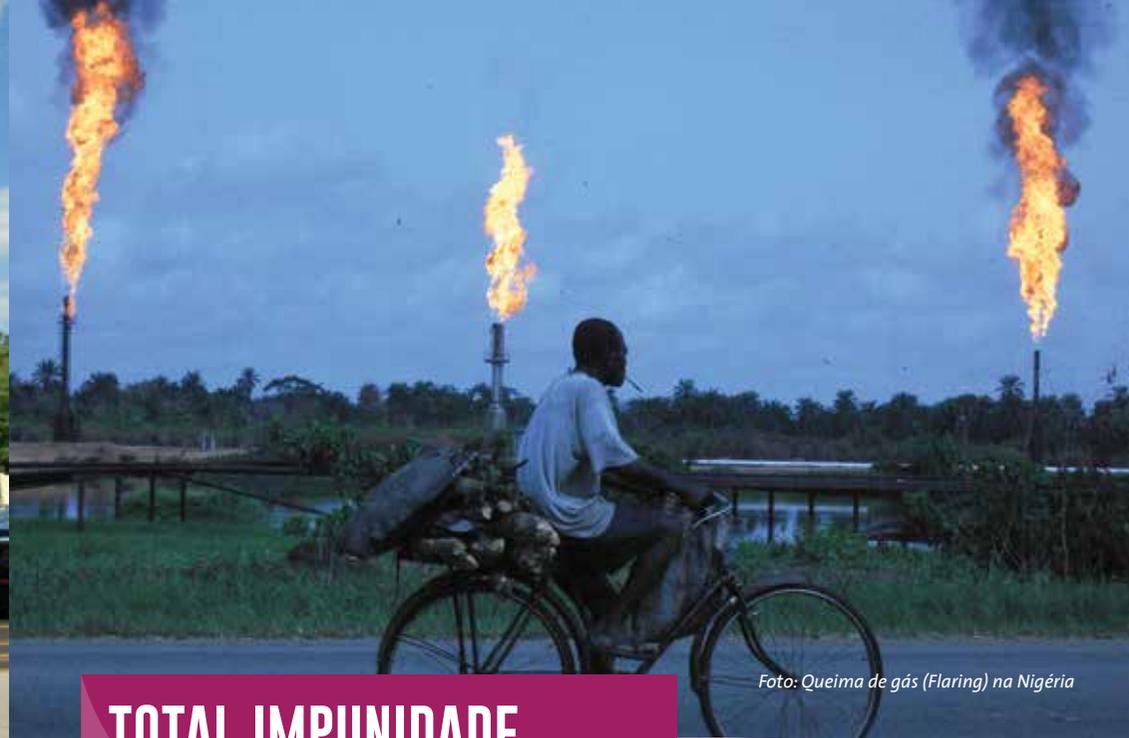


Foto: Queima de gás (Flaring) na Nigéria

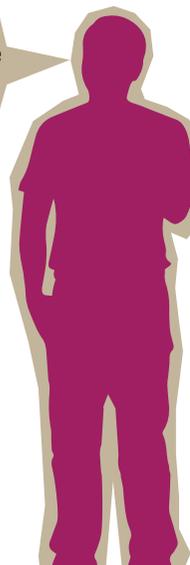
TOTAL IMPUNIDADE CORPORATIVA NA NIGÉRIA

“Todos aqui somos vítimas, nossas terras foram tomadas pela Total e estamos sofrendo.” Teresa Okadike, membro das comunidades Egi

Os danos sociais e impactos ambientais causados pela exploração dos campos de petróleo no delta do Níger são um real exemplo da injustiça da impunidade corporativa.

A empresa francesa petrolífera Total continua, até hoje, utilizando a prática altamente danosa da queima de gás de petróleo (*flaring*), mesmo tendo esta tornado-se oficialmente uma prática ilegal, desde 1984.² Vários membros de comunidades do clã Egi tiveram suas terras tomadas contra a vontade própria, enquanto outros não receberam qualquer indenização. Em 2010, duas pessoas morreram e um grupo foi ferido enquanto um protesto pelas Famílias Egi Produtoras de Gás e Petróleo - contra o descumprimento do memorando de entendimento assinado pela Total - foi violentamente suprimido.³

Precisamos de um tratado legalmente vinculante para regular as atividades das empresas



▲ FATURAMENTO ANUAL/PIB EM BILHÕES DE DÓLARES AMERICANOS¹

Em 2014 foi aprovada uma Resolução (26/9) histórica no Conselho de Direitos Humanos da ONU, visando estabelecer novas normas vinculantes para transnacionais e outras empresas com respeito aos Direitos Humanos, o que poderá trazer justiça para milhares de vítimas dos crimes abusos corporativos em todo o mundo. Nas primeiras sessões do Grupo de Trabalho Intergovernamental (GTI), em 2015 e 2016, países membro da ONU discutiram sobre o escopo, conteúdo e formato para um novo Tratado Internacional. Agora, de 23 a 27 de Outubro de 2017, a terceira sessão do GTI em Genebra começa a negociar o texto deste instrumento jurídico inédito, com apoio e monitoramento de centenas de grupos da sociedade civil, reunidos na Aliança pelo Tratado, e com mais uma Semana de Mobilização organizada pelos movimentos sociais e redes da Campanha Global por Desmantelar o Poder Corporativo, a partir de cada um dos nossos países e comunidades atingidas pelas Empresas Transnacionais (ETNs).



Fotos: Mphanda Nkuwa

BARRAGENS E AGRONEGÓCIO EM MOÇAMBIQUE

O ProSavana é um programa tripartido entre os governos de Moçambique, Brasil e Japão para, alegadamente, desenvolver a agricultura na região de savana tropical do Corredor de Nacala, norte de Moçambique.

Esta é a região mais populosa do país, onde as terras férteis e as chuvas abundantes permitem que milhões de camponeses sobrevivam através da agricultura e ainda produzam para outras regiões do país. Este programa foi concebido e decidido ao mais alto nível político, sem qualquer participação da sociedade civil, e caracterizado pela falta de transparência e participação pública. Embora oficialmente lançado em Abril de 2011, o ProSavana ainda não foi totalmente implementado, parcialmente fruto da pressão exercida por organizações da sociedade civil dos 3 países e dos camponeses da região. Apesar disso, os seus impactos já são incontáveis, tendo trazido enormes conflitos entre as comunidades da região, perda de meios de subsistência e usurpação de terras.⁴

MPHANDA NKUWA E PROSAVANA

Em Tete, região central de Moçambique, o governo ainda procura investidores para viabilizar o projecto da proposta barragem de Mphanda Nkuwa, no qual já se ouviu falar desde 2000.⁵

“Imaginem o que é viver quase 2 décadas com uma nuvem cinzenta sobre a cabeça, porque as suas terras e todos os bens serão inundados por uma barragem. Imaginem não poder construir nada, nem investir na própria comunidade, porque a qualquer momento tudo será tomado. Essa nuvem cinzenta que paira sobre as comunidades da região é a barragem de Mphanda Nkuwa, que há 17 anos traz falsas promessas e hipoteca o futuro de todos os residentes, antes mesmo de pôr a primeira pedra. E o pior ainda está por vir.” – Anabela Lemos, JA!/Amigos da Terra Moçambique



Foto: Distrito de Pedras, em Mariana (MG), atingido pela lama da barragem de mineração da Vale e BHP Billiton



NÃO VALE: CRIME AMBIENTAL NO BRASIL

A tragédia anunciada pelo rompimento das barragens de rejeito da mineração de ferro da empresa SAMARCO em Mariana, em Novembro de 2015, deflagrou o maior crime ambiental da história do Brasil, de responsabilidade de suas acionistas: a Vale e a BHP Billiton.

A lama tóxica estendeu-se por 663 km no Rio Doce, de Minas Geras (MG) até a costa do Espírito Santo (ES), gerando situações de grave violação ao direito à vida, à água, à moradia, ao trabalho, à saúde e ao meio ambiente.

Quase dois anos depois, as ações judiciais foram suspensas, ninguém foi preso, não foi dada solução para as comunidades atingidas, nem para a bacia do Rio Doce.⁶

Foram 19 mortos, 1265 desabrigados, 1469 hectares de vegetação destruída, 11 toneladas de peixes mortos, 1249 pescadores registrados que perderam seus modos de vida dos 230 municípios da bacia (3,5 milhões hab) muitos perderam sua fonte principal de água 35 cidades foram diretamente afetadas pela lama em MG e 4 no ES.

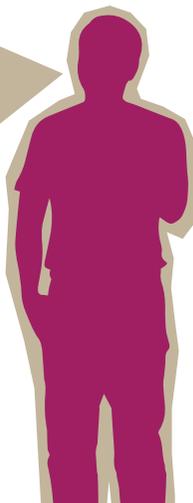


Foto: Muitas pessoas sofreram deslocamento forçado



NÃO VALE: VIOLAÇÕES E ACESSO À JUSTIÇA NEGADO EM MOÇAMBIQUE

A Vale foi eleita ao prêmio Public Eye de pior empresa do mundo, em 2011, por suas violações de direitos humanos, trabalhistas e ambientais pelo mundo afora.

Em Moçambique, ganhou em 2014 a concessão para explorar uma das maiores reservas de carvão mineral do mundo, em Moatize, onde iniciou sua produção em 2008.

Cerca de 1.300 famílias foram obrigadas a se deslocar para abrir caminho para as minas. As moradias fornecidas para o re-assentamento foram construídas com goteiras e sem alicerce. Membros das comunidades afetadas tem sido ameaçadas, perseguidos e asediados.⁷

No fim de 2011, o caso foi levado ao parlamento e, em 2013, à Justiça de Moçambique, que negou à Associação de Oleiros, moradores reassentados pela mineração da Província de Tete, seu direito legítimo de entrar com ação judicial como vítima das operações da Vale.

“Não podemos esperar que o sistema de nossos países, sozinhos, enfrentem a impunidade das transnacionais e ofereçam acesso a justiça e reparações a suas vítimas”

Daniel Ribeiro, JÁ! Amigos da Terra Moçambique

Foto: Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra



JÁ É TEMPO PARA UM TRATADO

PARA CONTRIBUIR E SABER MAIS À RESPEITO, BASTA ACESSAR
TREATYMOVEMENT.COM & FOEI.ORG

NO CAMINHO PARA A MUDANÇA



JUSTIÇA PARA TODOS

Após décadas de dificuldades para comunidades no mundo todo, a idéia sobre corporações passarem a ser legalmente responsáveis por seus crimes, onde quer que ocorram, está, finalmente, tornando-se realidade.

O novo Tratado sobre Transnacionais e outras empresas com respeito aos Direitos Humanos tem o apoio de milhares de organizações, centenas de parlamentares e dezenas de Estados do Conselho de Direitos Humanos da Nações Unidas, liderados pelo Equador e a África do Sul, e do Vaticano.

Tradicionalmente, a Lei Internacional de Direitos Humanos foca-se na área dos estados e suas obrigações. O abuso aos direitos humanos oriundo de atividades trans-fronteiriças por corporações são a maior falha existente no direito internacional. Em nosso mundo globalizado, companhias operam dentro de diferentes jurisdições

nacionais, e, com frequência, permanecem isentas à prestação de contas. O Tratado visa solucionar as falhas existentes no direito internacional no que diz respeito à responsabilização das empresas transnacionais, assim como trazer a justiça necessária para milhares de pessoas atingidas.

Em mais de duas décadas, marcadas pelo avanço do neoliberalismo, o controle internacional das ETNs ficou reduzido a pactos voluntários de responsabilidade social corporativa, como o Pacto Global (2000), os Princípios do Equador para instituições financeiras (2003) ou os Princípios Orientadores da ONU para Empresas e Direitos Humanos (2011)

STOPCORPORATEIMPUNITY.ORG

Foto: Chefe Atta Ebo, comunidade afetada pela Wilmar

WILMAR: DESTRUINDO VIDAS HUMANAS E FLORESTAS TROPICAIS

A Wilmar International, uma das maiores indústrias de óleo de palma no mundo, continua com suas práticas abusivas de desmatamento, invasão e posse forçada de terras, apesar das promessas em pará-la. Desde 2010, a Wilmar International adquiriu milhares de hectares em terras para o cultivo de palma, na Nigéria, destruindo meios de vida e sustento ao despojar comunidades locais.

“A auto-fiscalização voluntária pelas companhias e financiadores é totalmente ineficaz e insuficiente. Precisamos de regras vinculantes para responsabilizar tanto as companhias, quanto seus financiadores.”
Anne van Schaik, Amigos da Terra Europa

Os principais provedores de empréstimo para a Wilmar Internacional nos últimos cinco anos são: HSBC, Mitsubishi UFJ Financial, Sumitomo Mitsui Financial, Overseas-Chinese Banking Corporation and BNP Paribas.⁸

Muitos investidores norte-americanos e europeus da Wilmar adotaram critérios Ambientais, Sociais e de Governança voluntários, os quais deveriam preveni-los de investir em companhias implicadas em tomada de terras e na destruição de florestas tropicais. Mesmo que políticas ou auto-regulamentações como estas tenham estado vigentes, já por mais de dez anos, financiadores encontram-se ainda envolvidos em tais práticas, ao promoverem serviços financeiros para companhias como a Wilmar.



justiça
econômica
resistência ao
neoliberalismo

A Amigos da Terra Internacional é a maior rede ambientalista no mundo, com 75 membros e mais de dois milhões de membros independentes e patrocinadores ao redor do globo.

Nossa visão é de um mundo pacífico e sustentável, baseado em sociedades vivendo em harmonia com a natureza. Vislumbramos uma sociedade onde os povos sejam interdependentes e possam viver com dignidade, como um todo e de forma completa, onde a equidade e os direitos humanos e dos povos sejam respeitados. Uma sociedade construída com base na soberania e na participação dos povos.

Agradecemos àqueles que disponibilizaram as imagens: Víctor Barro, Amigos da Terra Internacional; Lyda Fernanda, TNI; ERA-Amigos da Terra Nigéria, Joka Madruga, Movimentos dos Atingidos por Barragens - MAB/Terra Sem Males. Desenho: Somerset Bean. Versão em Português: Thiago Gallas.

- 1 WorldBank; '100 Top economies', 2010. See <http://siteresources.worldbank.org/INTUWM/Resources/WorldsTop100Economies.pdf>
- 2 FoE Europe 'Gas Flaring in Nigeria: wasting environment, wasting development, wasting life', 2011 See https://www.foeeurope.org/sites/default/files/publications/FoEE_FactSheet_Gas_flaring_Nigeria_0311.pdf
- 3 Bank Watch, AT & Partners, 'The reality of EU Energy security Policy- case of Nigeria', 2011
- 4 Campanha contra o ProSavana - <http://ja.org.mz/en/campaigns/prosavana/>
- 5 Campanha contra Mphanda Nkuwa - <http://ja.org.mz/en/campaigns/mphanda-nkuwa/>
- 6 <http://tragedianunciada.mabnacional.org.br/> e <http://global.org.br/programas/justica-global-lanca-relatorio-de-inspecao-sobredesastre-socioambiental-em-mariana/> e <http://especiais.g1.globo.com/minas-gerais/2015/desastre-ambiental-em-mariana/1-mesem-numeros/>
- 7 In July 2010, the UN General Assembly recognized the right of every human being to have access to sufficient water for personal and domestic uses. See: www.un.org/en/globalissues/water/ e FoEI 'How Corporates Rules Part 3: Vale', 2011. See: <http://www.foei.org/wp-content/uploads/2013/12/Vale-Case-for-webPortuguese.pdf>
- 8 Jan Willem, 'The financing of Wilmar International', Profundo, 2013
- 9 New Internationalist, 'Land Grabs' March 2013 from Matrix database, 2013

www.foei.org



**Amigos
da Terra**
Internacional
www.foei.org